

ENTREVISTA/David V. Thomas

“Só um choque derruba a inércia da inflação”

A inflação é a principal restrição ao aumento dos investimentos externos, motivo principal da decepção em relação ao País no Exterior, e para derrotá-la, segundo o vice-presidente do Lloyds Bank, David V. Thomas, o Brasil precisará de “algum tipo de choque para quebrar a inércia, mas não antes de pôr ordem nas finanças públicas”. Thomas está no Lloyds desde 1976, já correu o mundo atuando nos EUA, Panamá, Holanda e Portugal e chegou a São Paulo em março de 1992, vindo de Paris, onde era gerente-geral. Nesta entrevista a Fábio Pahim Jr. e Jorge Zappia, concedida um dia antes da indicação de Fernando Henrique Cardoso para a Fazenda, ele anuncia que o Lloyds está constituindo um fundo para investir no País, “inicialmente em bolsas de valores”, revela que os resultados do banco foram magros “por causa dos prejuízos com as debêntures da Siderbrás” e conta que a América Latina sempre foi um grande mercado para a instituição.

Estado — Como o Brasil é visto em Londres?
David V. Thomas — Com uma certa decepção. Muitos países recuperaram-se, saem dos problemas, mas o Brasil se atrasou e nós, que conhecemos a qualidade das pessoas e empresas, ficamos decepcionados. O grande fator é a inflação. Os estrangeiros não entendem, nem como o Brasil convive com a inflação nesse nível. Suspeitamos de que há uma falta de seriedade em tratar o problema.

Estado — Com a correção monetária, é mais difícil explicar a inflação?

Thomas — As pessoas lá fora não entendem a existência de uma moeda paralela, o FAF (fundão). Mas o País não poderá voltar a crescer de forma sustentada sem vencer a inflação. Ela é o maior elemento da corrupção, pois não se sabe quanto vale um cruzeiro. As multinacionais dificilmente voltarão a investir como no passado com a inflação nesse nível. Enquanto o governo não se mexer, não haverá solução.

Estado — O que o sr. acha necessário para controlar a inflação? Um

calote da dívida pública interna é inevitável?

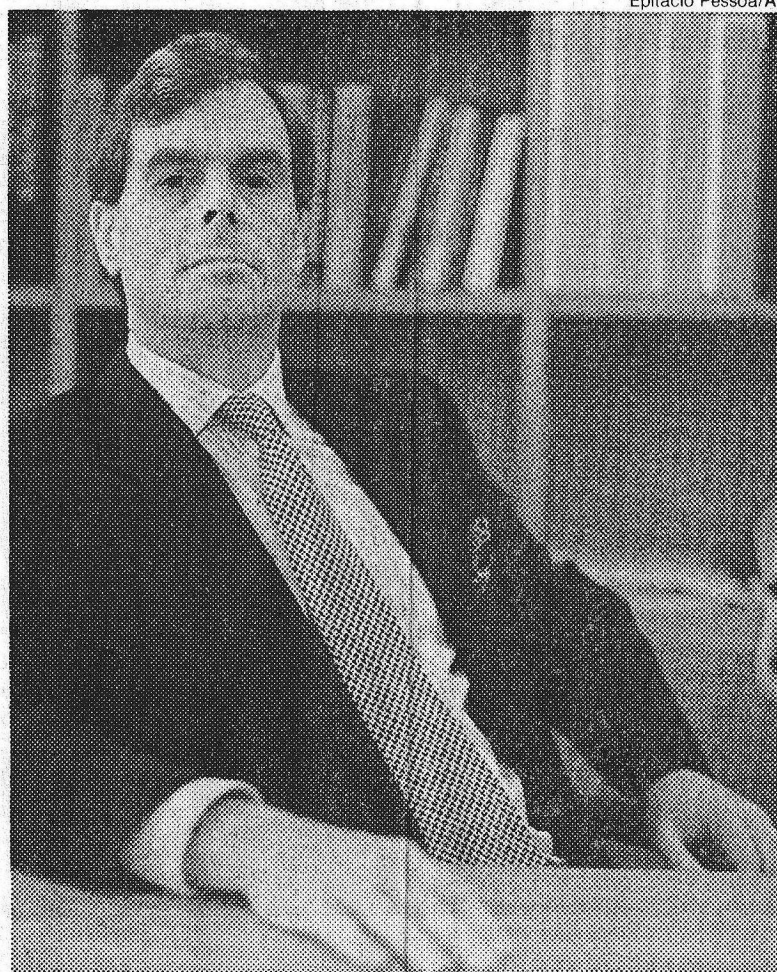
Thomas — Não é preciso. O que há é a possibilidade de alongá-la e o Tesouro está tendo um certo êxito no seu alongamento voluntário. A relação dívida/PIB não é alta nem assusta. Portanto, a condição prévia é pôr ordem nas finanças públicas. Depois será preciso algum tipo de choque para quebrar a inércia.

Estado — Esse choque seria a adoção de uma âncora cambial ou uma dolarização, como na Argentina, ou ainda um congelamento de preços e salários?

Thomas — Uma dolarização como na Argentina não é possível nem desejável numa economia complexa como a brasileira. Talvez uma indexação ao dólar, mas não tenho a receita e não acredito que o País tenha as condições prévias. A revisão constitucional é muito importante para pôr ordem nas finanças públicas. Só depois disso será possível tratar o problema.

Estado — Como o sr. espera a conclusão da renegociação da dívida externa com os bancos?

Thomas — Isso é feito em



Epitácio Pessoa/AE

Reforma fiscal

Thomas: “A revisão constitucional é muito importante para pôr ordem nas finanças públicas”

Thomas — Nova York, mas acredito que o acordo será fechado este ano porque todo mundo quer. Já há muito trabalho investido e a conjuntura não poderia ser melhor. A posição brasileira é favorável, as reservas são amplas e há condições de confiança dos bancos.

Estado — Como são as relações entre o Brasil e o Lloyds?

Thomas — O carro-chefe do Lloyds sempre foi nossa capacidade na América Latina. Somos herdeiros de um banco de 1862, o Anglo Brazilian Bank. Temos uma presença

forte na Nova Zelândia, com um banco de varejo e 200 filiais, mas fora daí e da Grã-Bretanha ainda hoje o Brasil é o mais importante. Só saímos da Nicarágua, El Salvador e Peru porque os bancos estrangeiros foram proibidos de operar em moeda local. E do Chile porque fomos nacionalizados.

Estado — Para o Lloyds, os anos 80 foram a década perdida?

Thomas — Não. Durante muito tempo o banco deu bons lucros. Tem sido mais difícil nos últimos três ou

quatro anos. A rentabilidade caiu com o gerenciamento mais ortodoxo de Collor e a recessão. Também não ajudou a solução dos problemas na área estatal — ficamos com debêntures da Siderbrás com juros inferiores ao custo dos fundos e isso traz prejuízo constante.

Estado — Estudo da FGV mostrou que o Lloyds tem ativos totais da ordem de US\$ 2 bilhões...

Thomas — Nossos ativos estáveis, que formam a carteira comercial, são da ordem de US\$ 1 bilhão. Os US\$ 2 bilhões incluem aplicações no interbancário e títulos públicos, são ativos voláteis.

Estado — Conforme a FGV, o Lloyds avançou do 31º para o 29º lugar entre os 100 maiores bancos, mas lucrou pouco. Onde concentra seus esforços?

Thomas — O lucro baixo decorre do capital de giro prejudicado pela carteira de Siderbrás. E também porque o banco não está supercapitalizado. Quem teve mais capital de giro lucrou muito mais. O mercado deu juros reais acima de 20% ao ano. Nossa atividade básica é o corporate (empresas), dividido em large corporate, grandes empresas com administração financeira profissionalizada e faturamento acima de US\$ 100 milhões anuais, e o middle market, empresas médias controladas e administradas familiarmente, faturando mais de US\$ 20 milhões. E há o private bank nacional. Para pessoas físicas, oferecemos um serviço amplo não com base na renda e patrimônio, mas sim no patrimônio financeiro no Brasil.

Estado — A retomada econômica não elevou os pedidos de empréstimo?

Thomas — A retomada é real, mas não sei até que ponto ela é sustentável. Poucas empresas estão aproveitando para aumentar a capacidade. A maior parte das indústrias ainda tem ociosidade. A retomada permite às empresas

melhorar a rentabilidade. Mas ninguém quer carregar uma dívida muito grande. Nossas operações de crédito estão do mesmo tamanho.

Estado — Concluído o processo de ocupação da capacidade, voltarão os investimentos?

Thomas — O diferencial do Brasil é a escala mundial. Quem quiser investir na indústria olhará para cá. Mas as pessoas esperam que haja condições. É uma questão de confiança, de que há vontade política para acabar com a inflação. E também regras estáveis. Não sei quando o governo perderá a fama de “pacoteiro”.

Estado — Qual é a importância de um banco central independente, como propõem França e México?

Thomas — Não é tão importante. Se a vontade política não existe, nenhum BC será suficientemente independente.

Estado — O sr. acredita que os juros reais no Brasil, 18% ao ano, poderiam cair?

Thomas — Eventualmente, ainda há espaço para ligeira queda. Mas para o industrial que quer investir, 18% tornam inviável um projeto e mesmo 12% são muito. Aliás, 6% a 7% ao ano já provocariam recessão na Europa. Mas é difícil dizer a taxa atrativa. Nos EUA o juro está perto de zero e nem assim há grande expansão econômica.

Estado — O Lloyds traz fundos para investimento no Brasil?

Thomas — Temos interesse em fazer um fundo, apesar das dificuldades para o crescimento sustentado. Há empresas de boa qualidade e os investimentos em Bolsa são atraentes. O Brasil tem vantagens comparativas em soja, papel e celulose, suco de laranja, minério de ferro. É dinheiro para a Bolsa, mas não para entrar e sair em 30 dias. O Brasil não participa dos mercados emergentes nas proporções de um País do seu porte.